

Editorial

DOI: 10.54446/bcg.v15i1.3953

Conselho Editorial

Podemos estar vislumbrando os últimos espasmos do imperialismo estadunidense. Porém, é precisamente nesse momento de agonia que as ações mais desesperadas, para não falar das flagrantemente mais violentas, são colocadas em prática. Esse é o caso das diversas tarifas sobre importações que a atual gestão Trump tem implementado desde o início de seu governo e que, mais recentemente, envolveram o Brasil. As razões práticas - ou seja, a justificativa oficial - para tais ações políticas são diversas e variam de acordo com os países envolvidos. No entanto, de modo premonitório, parece que uma das melhores "explicações" foi apresentada justamente por Jair Bolsonaro ao afirmar, durante um evento do Partido Liberal (PL) ainda em 2022: "não se esqueçam de uma coisa: esse país mais lá do norte, tá ficando complicado viver lá também". Na mesma ocasião, o então presidente e hoje réu por tentativa de golpe de Estado afirmou um de seus lemas eleitorais: "o nosso inimigo não é externo, é interno". Ironicamente isso se evidencia, no presente, na atuação de seu próprio filho junto ao governo estadunidense e no suporte por parte de seus apoiadores em território nacional em relação ao "tarifaço" implementado, com intuito de rifar a economia brasileira em busca da garantia de anistia para a tentativa de golpe perpetrada por membros do governo do qual fizeram parte e das forças militares e de segurança.

A política do governo Trump para o Brasil, no entanto, está longe de ter como único objetivo atender demandas de seus aliados políticos. Dentre as principais pautas, destacam-se a defesa de interesses de conglomerados big techs visando domínio sobre a regulação da internet - observável na relação confrontativa estabelecida pelas empresas com relação à justiça brasileira; a garantia da exploração de recursos minerais estratégicos - com o exemplo da geopolítica estadunidense para terras raras; e a defesa do oligopólio estadunidense sobre serviços financeiros - expressa no ataque ao PIX enquanto sistema de transações. Todas essas ações aqui elencadas se tornam ataques frontais à soberania nacional - e, acrescentamos, são assuntos de eminente interesse geográfico.

A soberania não se abala somente por forças externas e ações imperialistas sobre a política nacional. Ela é também solapada por agentes internos que, em seu raciocínio e em suas práticas orientadas por e para os centros hegemônicos, atuam para garantir uma postura subserviente e dependente. Como bem nos lembra Ana Clara Torres Ribeiro, para que haja a "alienação do território", composta por desapropriação de recursos e reforço de dependências, é fundamental que opere a "alienação territorial", construção ideológica de defesa política dos impulsos globais. Nesse sentido, garantir a soberania não passa somente pela capacidade de decisão sobre o território em sua forma material de inserção na divisão internacional do trabalho, mas também por conseguir produzir, o mais independentemente possível,

um imaginário político que vislumbre outras geometrias e relações de poder no nível global.

Com base na concretude da atual conjuntura nacional e mundial, cabe um esforço de interpretação mais amplo - um diagnóstico de tempo e uma imaginação política do futuro. Se a própria prática imperialista - especialmente a estadunidense - contribuiu diretamente para a criação das bases políticas e técnicas da globalização como a conhecemos, fora dela a sua capacidade de ação e meios de intervenção em territórios alheios é reduzida e enfraquecida. Nesse sentido, o "tarifaço" implementado não anuncia o fim da globalização, mas se vale justamente dela para sustentar os poderes imperialistas dos Estados Unidos, pois é através dela que se mantém sob tutela os territórios que, de modo subordinado, periférico e dependente, estão inseridos na atual divisão internacional do trabalho.

A globalização é um quadro histórico e espacial fundado em variáveis estruturantes como a técnica, a ciência, a informação, a logística e as finanças, que possibilitam um conhecimento de conjunto do planeta e que experimentamos a partir da convergência dos momentos. Assim, não é necessariamente sinônimo de imperialismo, tampouco tem como condição a existência de um único centro de poder. Ela carrega em si as próprias contradições que podem fazê-la sucumbir, mas também as condições necessárias para superá-la, na constituição de um novo mundo possível, nas palavras de Milton Santos, uma outra globalização.

Apesar da atual emergência das possibilidades de superação da globalização como a conhecemos até então, suas formas de dominação e controle podem se reinventar - tal como o modo de produção capitalista enquanto processo histórico - inclusive com características distintas às dos impérios que, durante o longo século XX, se consolidaram e entraram em declínio. Cabe a nós, territórios, nações e povos da periferia do mundo, sujeitos políticos do período popular da história, lutarmos para que isso não ocorra. Por isso a urgência de refletirmos e sonharmos com outras formas de sociabilidade global e nos organizarmos para a construção de um mundo que não se centre em um poder absoluto universal, mas que se agregue sob os auspícios de uma universalidade múltipla, plural e diversa.



Com essa reflexão, e buscando renovar nosso compromisso com a divulgação da pesquisa e do fazer geográfico, o Boletim Campineiro de Geografia traz ao público o primeiro número de seu décimo quinto volume. Sempre abertos a contribuições de origens plurais e buscando a construção de uma revista cosmopolita e diversa, apresentamos artigos e outros materiais na intenção de manter acesos os debates relevantes na área da Geografia.

Nesta edição trazemos aos leitores o total de dez artigos submetidos em fluxo contínuo, frutos de pesquisas científicas em temáticas que abrangem temas como as cidades inteligentes, a indústria 4.0, direitos reprodutivos e sexuais, a questão racial envolvendo mulheres negras, o ensino superior brasileiro, a pobreza urbana, o samba

e o carnaval em São Paulo, os nexos entre finanças e terras agrícolas, logística e expansão do crédito e a produção de informação. Além disso, a edição ainda conta com uma entrevista inédita com o sociólogo argentino e professor de planejamento na FLACSO-Argentina, Héctor Poggiese. Por fim, apresentamos uma resenha do livro “Atlas Histórico-Econômico do Brasil no Século XIX”, organizado pelos historiadores Luiz Fernando Saraiva e Pérola Goldfeder e pelo geógrafo Wagner Nabarro, este editor do BCG, e que foi finalista do Prêmio Jabuti Acadêmico 2025.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura.